

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ESTUDANTES DO CURSO DE ELETROTÉCNICA DO IFF – CAMPUS MACAÉ, DA MODALIDADE PROEJA: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E EDUCACIONAIS.

Autor: Severino Joaquim Correia Neto

Instituto Federal Fluminense – IFF BR.; Universidade Americana – PY.
profnetoseverino@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. José Mauricio Diascânio

Instituto Federal do Espírito Santo IFES; Universidad Americana, Universidad Colúmbia – PY;
jmauriciodiascanio@hotmail.com

Co Autor: Marcos Antonio Cruz Moreira
Instituto Federal Fluminense – IFF
mcruzbr@yahoo.com.br

GT 12 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

Resumo:

Esta investigação teve como objetivo analisar como ocorre a formação profissional dos estudantes da modalidade PROEJA - Programa Nacional de Educação Profissional Integrado à Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos - do curso integrado de Eletrotécnica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, (IFF) *Campus* Macaé, quanto às contribuições sociais e educacionais, contextualizando a EJA, a educação profissional e sua formação no Brasil. Os métodos utilizados foram o analítico e o sintético, os sujeitos da pesquisa foram os estudantes. Foram utilizados como instrumentos para coleta de dados o questionário. Concluiu-se que a educação de jovens e adultos trabalhadores se caracteriza por ser um instrumento de associação teórico-prática, através de informações que possam intervir na realidade social e cultural, promover mudanças de atitudes cotidianas, levando a novas práticas na construção da cidadania.

Palavras-chave: Formação Profissional. Política Social. PROEJA

INTRODUÇÃO

O PROEJA é um Programa cujo foco está em alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Pode ser oferecido tanto para aqueles que já concluíram o Ensino Fundamental, como para os que ainda não conseguiram a conclusão desta etapa de ensino, ou mesmo para aqueles que concluíram o ensino médio, que sonham e aspiram à entrada na Rede Federal na esperança da qualificação, e, nesse caso, esta oportunidade única surge o IFF – *Campus Macaé* com o curso Técnico Integrado de Eletrotécnica.

A educação profissional é entendida como fator de mobilidade social. Conquanto, o PROEJA é revelador de poucos debates e disputas internas, observando-se uma busca incansável de consenso em torno de questionamentos básicos para a educação de jovens e adultos, busca esta, frequentemente, permeada por situações contraditórias, tanto no âmbito interno como no externo. Entre tantos avanços e recuos ao longo do processo, tenciona-se aqui vislumbrar quais as possibilidades de organização de um sistema realmente eficaz voltado à inclusão de jovens e adultos trabalhadores, e compreender como o IFF – *Campus Macaé* vem atendendo às demandas deste público, no tocante ao ensino técnico-tecnológico e à formação profissional através do curso técnico de eletrotécnica.

Nessa perspectiva, a pesquisa teve como objetivo principal analisar e problematizar o modelo adotado pelo Instituto Federal Fluminense- IFF desde o surgimento da primeira turma, ainda, no ano de 2011, no campus de Macaé, para o ingresso de jovens e adultos no curso técnico integrado ao ensino médio na modalidade de jovens e adultos do PROEJA, buscando responder a questionamentos específicos da pesquisa, tais como: quais recursos de apoio teriam sido ofertados aos alunos, e quais critérios foram utilizados para a elaboração do material didático oferecido ao longo do curso, e ainda qual a relação que existe nos índices de evasão e desistência nas turmas investigadas. O questionamento se faz premente, visto que a modalidade da educação de jovens e adultos do PROEJA iniciou-se no ano de 2006, com os cursos de Caldeiraria e Turismo, este último integrado ao ensino médio. Porém, em pouco tempo, mais especificamente em 2012, foram descontinuados, diminuindo a possibilidade do público em questão de optar por outros cursos, e não somente o curso técnico de eletrotécnica, objeto da pesquisa no contexto ensino-aprendizagem.

No entanto, não é tão simples o ingresso em cursos de formação profissional com a tão sonhada qualidade que o PROEJA se dispõe a ofertar. Diante da demanda existente, os processos de ingresso são muito concorridos e as vagas oferecidas parecem não atender a todos que as desejam. As instituições da rede federal que ofertam educação profissional têm o enorme desafio de atender à grande demanda de seus cursos, uma vez que o presente estudo pretendeu responder a seguinte questão: **O processo ensino-aprendizagem dos jovens e adultos trabalhadores no curso técnico de Eletrotécnica integrado ao ensino médio do PROEJA, promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF – Campus Macaé) tem assegurado o seu desenvolvimento profissional?**

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A arte de aprender acompanha o homem desde o início de sua jornada terrestre até seus últimos dias como ser vivente, e é explorando esta incrível capacidade que as pessoas buscam o conhecimento, aperfeiçoando, assim, cada aspecto que envolve a vida humana. Tal capacidade da qual o homem é dotado pode ser inata ou desenvolvida, pois “em qualquer disciplina – de tocar piano à engenharia elétrica -, há pessoas que nascem com um ‘dom’, mas todos podem ter proficiência através da prática” (SENGE, 2009, p. 37).

O que se vê, na verdade, é o acirramento competitivo de um mercado de trabalho mais exigente e a necessidade de que esses atores sociais do PROEJA estejam prontos para as novas exigências do mercado de trabalho, seja ele *onshore* ou *offshore*, sob a condição contrária do que projeta empregabilidade e condição social melhor, e o risco de permanecerem excluídos desse mercado tão promissor e de ricas oportunidades.

O processo de ensino-aprendizagem passa por várias concepções: a primeira é a tradicional, onde os alunos são receptores de saberes que seus professores os transmitem. Nessa, o que mais importa é a quantidade de conteúdos que se trabalha, o professor tem o conhecimento acabado, sendo dono da verdade, onde as tarefas são padronizadas. (MESQUITA, 2011, p.3).

O ganho ou consequência da pessoa buscar conhecer suas modalidades de aprendizagem está no fato de que isto traz melhores resultados em sua vida pessoal, acadêmica ou profissional, fazendo com que se sinta mais integrada no ambiente em que está inserida, vivendo “na e com diferença” e, conseqüentemente, mais comprometida consigo mesma e com o planeta do qual faz parte (PORTILHO, 2011, p.78).

No nível social, pode-se considerar a aprendizagem como um dos polos do processo ensino-aprendizagem, cuja síntese constitui o processo educativo. Tal processo compreende todos os comportamentos dedicados à transmissão da cultura, inclusive os objetivados como instituições que, específica (escola), ou secundariamente (família), promovem a educação.

Na concepção Vygotskyana, o pensamento verbal não é uma forma de comportamento natural e inata, mas é determinado por um processo histórico-cultural e tem propriedades e leis específicas que não podem ser encontradas nas formas naturais de pensamento e fala.

Uma vez admitido o caráter histórico do pensamento verbal, deve-se considerá-lo sujeito a todas as premissas do materialismo histórico, que são válidas para qualquer fenômeno histórico na sociedade humana. (VYGOTSKY, 1993 p.44).

Segundo a concepção de Vygoysky (1991), quando a aprendizagem está em função não apenas da comunicação, mas também do nível de desenvolvimento alcançado, adquire, dessa feita, relevo especial – além da análise do processo de comunicação – análise do modo como o sujeito constrói os conceitos comunicados e, portanto, a análise qualitativa das “estratégias”, dos erros, do processo de generalização. Trata-se de compreender como funcionam esses mecanismos mentais que permitem a construção dos conceitos e que se modificam em função do desenvolvimento (VYGOSTSKY, 1991, p. 2).

Pode-se afirmar que a aprendizagem acontece por um processo cognitivo imbuído de afetividade, relação e motivação. Assim, para aprender é imprescindível “poder” fazê-lo, o que faz referência às capacidades, aos conhecimentos, às estratégias e às destrezas necessárias. Para isso, é necessário “querer” fazê-lo, ter a disposição, a intenção e a motivação suficientes. Para ter bons resultados acadêmicos, os sujeitos do PROEJA necessitam de colocar tanto voluntariedade como habilidade, o que conduz à necessidade de integrar tanto os aspectos cognitivos como os motivacionais. A motivação é um processo que se dá no interior do sujeito, estando, entretanto, intimamente ligado às relações de troca que o mesmo estabelece com o meio, principalmente, seus professores e colegas (LIMA, 2008). Nas situações escolares, o interesse é indispensável para que o estudante tenha motivos de ação no sentido de apropriar-se do conhecimento.

A autora Bock (1999, p. 120) destaca que a motivação continua sendo um complexo tema para a Psicologia e, particularmente, para as teorias de aprendizagem e

ensino. A motivação é um fator que deve ser equacionado no contexto da educação, ciência e tecnologia, tendo grande importância na análise do processo educativo. A motivação apresenta-se como o aspecto dinâmico da ação: é o que leva o sujeito a agir, ou seja, o que o leva a iniciar uma ação, a orientá-la em função de certos objetivos, a decidir a sua prossecução e o seu termo.

Desenvolver nos estudantes do PROEJA uma atitude de investigação, uma atitude que os transportem para um desejo mais duradouro de saber, de querer saber sempre, desejar saber deve passar a ser um estilo de vida, são atitudes que podem ser desenvolvidas com atividades muito simples, que começam pelo incentivo á observação da realidade próxima ao estudante – sua vida cotidiana -, os objetos que fazem parte de seu mundo físico e social. Essas observações sistematizadas gerarão dúvidas (por que as coisas são como são?), e aí é preciso investigar, descobrir. Falar sempre numa linguagem acessível, de fácil compreensão.

Os exercícios e tarefas deverão ter um grau adequado de complexidade. Tarefas muito difíceis, geradoras de fracasso e de tarefas fáceis, que não desafiam, levam à perda do interesse. O estudante perde o estímulo e interesse em aprender.

A história da educação profissional no Brasil possui várias experiências registradas nos anos de 1800, com a adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros, que se destinava ao “amparo” da camada menos privilegiada da sociedade brasileira. As crianças e os jovens eram encaminhados para casas onde, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros.

Com a chegada da família real portuguesa em 1808 e a conseqüente revogação do referido Alvará, D. João VI cria o Colégio das Fábricas, considerado o primeiro estabelecimento instalado pelo poder público, com o objetivo de atender à educação dos artistas e aprendizes, vindos de Portugal, de acordo com (GARCIA, 2000).

O aspecto histórico da educação profissional no Brasil tem suas origens no século XIX, em um contexto educacional marcadamente elitista. Desenvolveu-se a educação superior, atendendo às camadas mais privilegiadas da sociedade. A esta, encontrava-se associada a educação secundária, com caráter preparatório para o nível superior, concentrada na capital do país. O ensino primário, sob a responsabilidade das províncias, praticamente inexistia como segmento organizado de educação formal. A educação profissional, modestamente oferecida, tinha como alvo os filhos das camadas menos favorecidas da população.

Sua oferta se realizava nas escolas de artífices e nos liceus de artes e ofícios. Já no início do século passado, são criadas pelo Governo Federal, em dezoito capitais de estados, escolas de aprendizes artífices.

As escolas profissionalizantes nasceram como obra de benemerência, a fim de proporcionar aos jovens das camadas sociais menos favorecidas, uma educação adequada à sua situação social, visando ao ingresso precoce na atividade produtiva. Essa circunstância conferiu ao ensino profissional certo grau de marginalidade. Estabelecia-se uma nítida distinção entre aqueles que detinham o saber (ensino secundário, normal e superior), e os que executavam tarefas manuais (ensino profissional). Ao trabalho, frequentemente associado ao esforço manual e físico, acabou-se agregando ainda, a ideia de sofrimento. No Brasil, a escravidão que perdurou por mais de três séculos, reforçou esta distinção, deixando marcas profundas e preconceituosas com relação à categoria social de quem executava este tipo de trabalho, ou seja, manual.

O PROEJA busca a relação teoria-prática para o mercado de trabalho, entendendo a educação profissional como fator de mobilidade social. Consolida-se através de uma proposta educacional que atenda aos fundamentos da política de inclusão social e emancipatória pelo sistema educacional.

Os estudantes ingressam no curso técnico integrado de eletrotécnica, carregados de experiências, com bagagem social e cultural bastante diversa e rica. Eles são portadores de histórias de relação com a educação, com o conhecimento. Possuem visões de mundo e projetos de vida cuja constituição é produto de suas vivências sociais, pessoais e educacionais.

Assim, esses estudantes são desafiados a resistir em meio a uma escola que tem preceitos de ação calcados na “pedagogia bancária”.¹ (Freire, 2002; 1987); na reprodução dos conteúdos de forma estanque, standardizada e mecanizada na pura transmissão e reprodução de informações, muitas vezes, descontextualizadas, destituídas de significado para os estudantes; na avaliação

1

Segundo Freire (1987), a “educação bancária” caracteriza-se pela narração dos conteúdos a ouvintes passivos, estudantes que são depositários de conhecimento. É um processo de ensino no qual se narra uma realidade estática, compartimentada e bem-comportada. O educador é soberano, detém o saber, e como sujeito caridoso faz doações, ao depositar nas mentes discentes sua “incontestável” e “infalível” sabedoria. O aluno só reproduz, afinal de contas, nessa concepção pedagógica, ele nada sabe, é uma tabula rasa, e vem para dentro da escola para colocar algo dentro de sua “cabeça vazia”. Tal tipo de educação apregoa uma forma de avaliação para verificar simplesmente a capacidade de memorização dos estudantes, já que para ela conhecimento não se produz apenas se absorve de alguém que quase sobrenaturalmente o possui.

classificatória e certificativa (pautada na lógica quantitativa); no currículo fragmentado, no qual as disciplinas e os espaços-tempo da escola são organizados para dificultar o diálogo entre os campos do conhecimento, as reflexões coletivas e os projetos interdisciplinares. Nessa configuração da relação ensino aprendizagem, a avaliação é geralmente transformada em um instrumento de poder do avaliador sobre o avaliado, não se constituindo em diagnóstico tomado como base para a busca de respostas pedagógicas que garantam o direito à aprendizagem (AZEVEDO & REIS, 2013, p. 28)

O Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), enquanto modalidade de Educação Popular apresenta uma trajetória de desafios, gigantescos principalmente por ser uma alternativa para minimizar ou eliminar o problema da exclusão social e desenvolvimento profissional. Porém, esse modelo de educação, por muito tempo, não se apresentou como prioridade educacional, sendo entendida e tratada apenas como política pública compensatória direcionada a suprir uma lacuna de sujeitos que perderam ou tiveram a oportunidade de escolaridade em idade adequada.

Com o advento da Lei 9.394, de 1996, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 37) surge, pela primeira vez, a preocupação em assegurar o acesso e a continuidade da formação escolar e profissional a uma grande parcela da sociedade que não teve a oportunidade em idade própria. A partir do Parecer CEB 11/2000, o Conselho Nacional de Educação regulamentou as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos”, e com a aprovação desse parecer, a EJA não possui mais apenas a função de suprir ou compensar a escolaridade perdida, mas também a função reparadora, que promove a cidadania por meio da reparação do direito negado à educação, a função equalizadora, que garante o acesso aos bens sociais e à permanência na escola de maneira equitativa, considerando cada sujeito com suas necessidades específicas, e, por último, a função qualificadora, ao efetivar uma educação permanente que corresponde às necessidades de atualização e aprendizagem contínuas.

A valorização da EJA tem importância devido a contribuir para a promoção da igualdade entre os homens e mulheres, pela formação e desenvolvimento para o trabalho e pelo apoio a preservação do meio ambiente e da saúde, devendo seguir novas orientações didático-metodológicas para enfrentar o processo de transformações socioeconômicas e culturais vivenciadas a partir das últimas décadas do século XX; um dos fatores que deve ser levado em conta é o rápido desenvolvimento das sociedades, pois exige de seus membros capacidades para descobrir e potencializar os conhecimentos e aprendizagens de forma global, permanente e contínua. Assim,

ficou definido da seguinte forma o conceito de educação dirigida aos adultos:

Por educação de adultos entende-se o conjunto de processos de aprendizagem, formal ou não, graças ao qual as pessoas consideradas adultas pela sociedade a que pertencem desenvolvem as suas capacidades, enriquecem os seus conhecimentos e melhoram as suas qualificações técnicas ou profissionais, ou as reorientam de modo a satisfazerem as suas próprias necessidades e as da sociedade. A educação de adultos compreende a educação formal e a educação permanente, a educação não-formal e toda a gama de oportunidades de educação informal e ocasional existentes numa sociedade educativa multicultural, em que são reconhecidas as abordagens teóricas e baseadas na prática. (Artigo 3º da Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos, versão portuguesa).

O atual momento histórico é marcado por uma aceleração dramática no processo das transformações tecnológicas. Essa aceleração é excitante, mas também inconsequente porque parece aumentar as desigualdades entre os grupos sociais em diferentes sociedades, multiplicando crises sociais, cada vez mais violentas, e ameaçando o equilíbrio ambiental. Neste sentido, a educação passa a ser um dos fatores estratégicos para a formação dos cidadãos capazes de reconstruir as relações pessoais e sociais segundo a orientação de quatro pilares que devem sustentar a educação no século XXI, de acordo com o Relatório para a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI², que são: aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a conviver.

No Brasil, a EJA tem se constituído, nos últimos anos, como um campo estratégico para fazer frente à exclusão e desigualdade social e, se observarmos a Lei 9.394, de 1996, o Parecer CEB 11/2000 e acompanharmos a conclusão a que chegou a Conferência de Hamburgo, bem como a orientação do relatório da UNESCO sobre educação para o século XXI, percebe-se que essa modalidade tem pretensões de assumir contornos que transbordam os limites do processo de escolarização formal ao abarcar aprendizagens realizadas em diversos âmbitos.

Nesse sentido, até que ponto esse ideal educacional tem atingido algumas dessas metas no IF – Campus Macaé, onde se conta com uma única oferta de curso técnico de eletrotécnica na modalidade PROEJA. Portanto, esse trabalho não pode e nem deve se esgotar apenas na oferta de

2

vagas e garantia de acesso e continuidade nos estudos, como prevê a Lei 9.394, já que o fundamental é proporcionar essa modalidade de ensino comprometido com a qualidade, ministrado por educadores capazes de incorporar ao seu trabalho os avanços das pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento e de estarem atentos às dinâmicas sociais e suas implicações no âmbito escolar com a participação de toda a sociedade, comunidade, servidores e estudantes.

Dentro de um arcabouço legislativo, foi criado o Decreto nº. 5. 478, de 24 de junho de 2005, o Programa de Integração de Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na modalidade de Jovens e Adultos e no ano seguinte o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para atendimento as demandas concretas e, conseqüentemente, as dificuldades referentes à universalização da Escola Básica foi criado o Decreto 5.840 de 13 de julho de 2006. Nesse sentido, de acordo com Gentili (2002):

O desenfreado avanço da tecnologia e a consolidação do modelo capitalista de economia em âmbito mundial acabaram por criar um aumento significativo da produção industrial com uma redução igualmente significativa dos números de postos de trabalho. Tudo isso veio influenciar diretamente na vida dos trabalhadores e trabalhadoras, inclusive nas questões que dizem respeito à sua qualificação e educação profissional. (GENTILI, 2002 p.36).

Destarte, há uma possibilidade, uma formação integral, capaz de articular a formação geral à educação técnica, unindo em um só currículo o Ensino Médio e o Ensino Técnico Profissional, conforme o Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, que cria o PROEJA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, conforme as diretrizes estabelecidas neste Decreto. Parágrafo único. O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (PROEJA) abrangerá os seguintes cursos e programas: I - formação inicial e continuada de trabalhadores; II - educação profissional técnica de nível médio. (BRASIL, 2005).

Na afirmação de Frigotto *et al.* (2005), o Decreto nº 5.478/2005, através de seus artigos 3º e 4º, legitima a união da formação profissional integrada ao ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e deve ser ofertada como formação inicial e continuada ou como habilitação técnica.

Em 13 de julho de 2006, é promulgado o Decreto 5.840/2006, a regulamentação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade

de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) , em conformidade e compatibilidade com a Lei 9394 de 1996, e que oferece as diretrizes legais da Educação Nacional:

§ 1º O PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional: I - formação inicial e continuada de trabalhadores; II - educação profissional técnica de nível médio. § 2º Os cursos e programas do PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados: I - ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores, e II - ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante, § 3º O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS poderá ser adotado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional, vinculadas ao sistema sindical (“Sistema S”), sem prejuízo do disposto no § 4º deste artigo. § 4º Os cursos e programas do PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS deverão ser oferecidos, em qualquer caso, a partir da construção prévia de projeto pedagógico integrado único, inclusive quando envolver articulações interinstitucionais ou intergovernamentais. (BRASIL, 2006).

Com a promulgação da Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, alteram-se os dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2008).

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. § 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação a Educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional técnica (p.1).

As escolas, os Instituto Federais, CEFETs, e seus professores, servidores e gestores fazem parte desse corpo de agentes públicos com tais responsabilidades.

Transferir o umbral da educação como privilégio para um status de direito na organização social, política e jurídica no Brasil foi fruto de uma longa trajetória estreitamente vinculada à democratização do País e à luta pela construção da cidadania, profundamente dilapidada pelos constantes períodos autoritários pelos quais o Brasil passou ao longo de sua história. (NASCIMENTO, 2013, p.15).

Assentadas em paradigmas que ressignificam experiências escolares e, a partir delas, essas práticas recolocam a escola como um espaço instigante e de reestruturação do ensino médio técnico seja ele integrado, subsequente e a modalidade PROEJA em competências genéricas e flexíveis, preparando os indivíduos para se adaptarem às demandas do mercado de trabalho, separava a Educação Profissional Técnica do Ensino Médio, e a aprovação do decreto nº 5154/2004, que resgatou a possibilidade da indissociabilidade do Ensino Médio e da Educação Profissional, ou seja, o Ensino Médio integrado. Foi reintroduzida a articulação entre conhecimento, cultura, trabalho e tecnologia, com o sentido de formar o ser humano na sua integralidade, buscando a superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica.

É necessário prover meios capazes de proporcionar aos estudantes condições de permanência, aprendizagem e conclusão, conduzindo assim ao aumento do nível de escolarização da população. Nesta direção, apontam os objetivos do Plano Nacional de Educação, quando destacam a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais quanto ao acesso, à permanência e ao sucesso escolar; a democratização da gestão do ensino público; e o aumento da escolaridade da população como desafios da educação nacional.

METODOLOGIA

O lócus do estudo foi o município de Macaé e suas características serviram de pano de fundo para o desenvolvimento da pesquisa, situando-o dentro do contexto educacional e social.

Foi realizado um estudo de campo com enfoque quantitativo no Instituto Federal Fluminense, *campus* Macaé, modalidade Proeja, no curso técnico de Eletrotécnica, sendo adotado o método analítico e sintético, caracterizado pela construção lógica, a fim de se chegar a uma conclusão que está implícita nas premissas. Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa apresenta-se como instrumentação para construir conhecimento científico, e foi realizado por meio de questionários com alunos do IFF do curso técnico de eletrotécnica modalidade PROEJA.

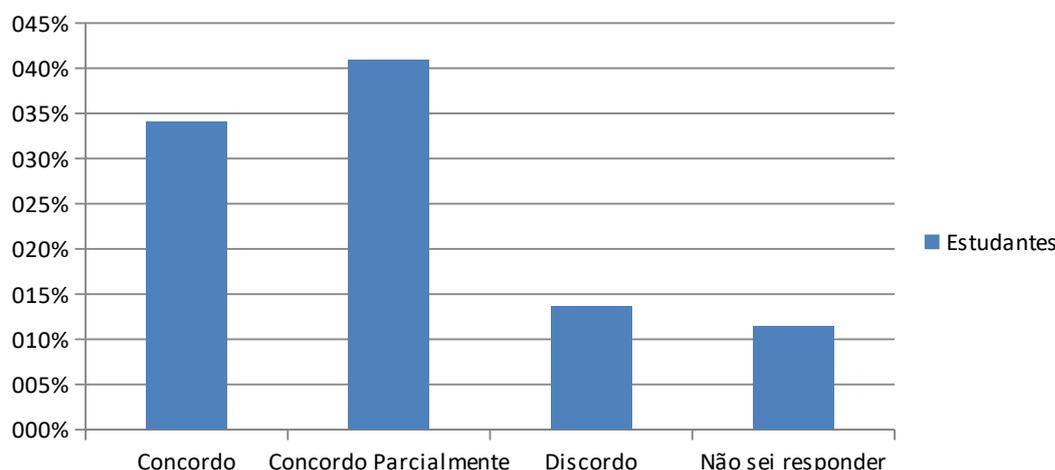
O público alvo selecionado para o estudo foi composto por quarenta e quatro estudantes que responderam o questionário. A pesquisa bibliográfica se apoiou nas publicações impressas e eletrônicas, tais como livros, requisitos legais, legislação, decretos e trabalhos acadêmicos que abordam a temática do estudo.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

O público alvo selecionado para o estudo foi composto por quarenta e quatro estudantes que responderam o questionário direcionado para a obtenção de resultados que ajudaram a alcançar os objetivos propostos previamente. O resultado demonstra o quantitativo de alunos do curso técnico integrado de eletrotécnica referente ao período pesquisado: os meses de janeiro a maio de 2015. A divisão foi realizada por turmas e sua entrada no IFF - campus Macaé nos anos de 2012, 2013, 2015, sendo: Turma 1322, correspondente ao 1º primeiro ano - turma 2322, correspondente ao 2º ano e turma 3322, correspondente ao 3º.

Gráfico 1 - Percepção do público alvo sobre a adequação e estímulo a aprendizagem do material didático utilizado pelos docentes.



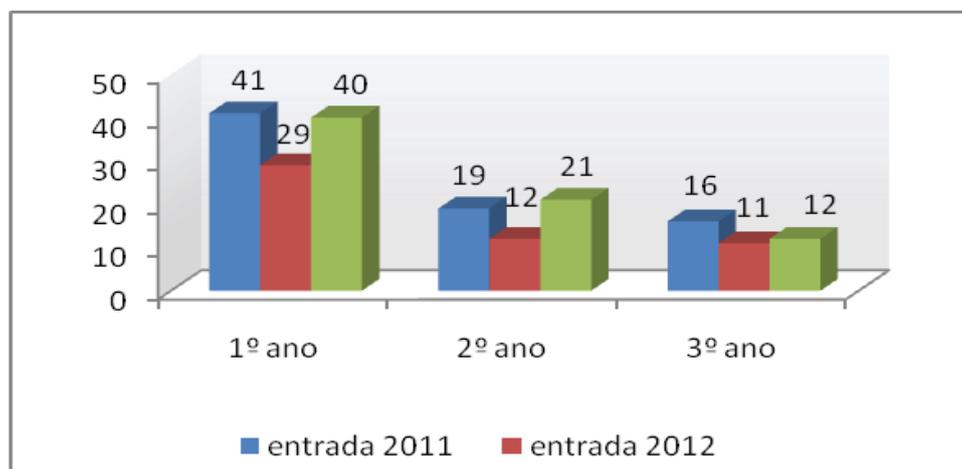
Fonte: Do autor (2015)

Foi perguntado aos estudantes sobre a adequação e estímulo apresentados pelo material didático utilizado. De acordo com a avaliação dos estudantes, entende-se que 40,9% dos estudantes, que representa a maioria dos pesquisados, concorda em partes que o material didático é adequado e estimulante, enquanto que 34,1% concordam com esta adequação e estímulo por parte do material didático. Há evidências de que a administração mais próxima do curso está a cargo de um número significativo de profissionais com pouca ou quase nenhuma familiaridade com tema, para a elaboração ou escolha do material didático oferecido. Isto é confirmado pelo elevado índice de desconhecimento quanto aos padrões e procedimentos de revisão.



De forma contraditória, o fenômeno sugere que o material didático parece ter sido elaborado em outro contexto ou abarcado conteúdos de outros cursos e aproveitados com o sucesso nos cursos integrados e subsequentes.

Gráfico 2 - Entrada e permanência dos estudantes do Proeja

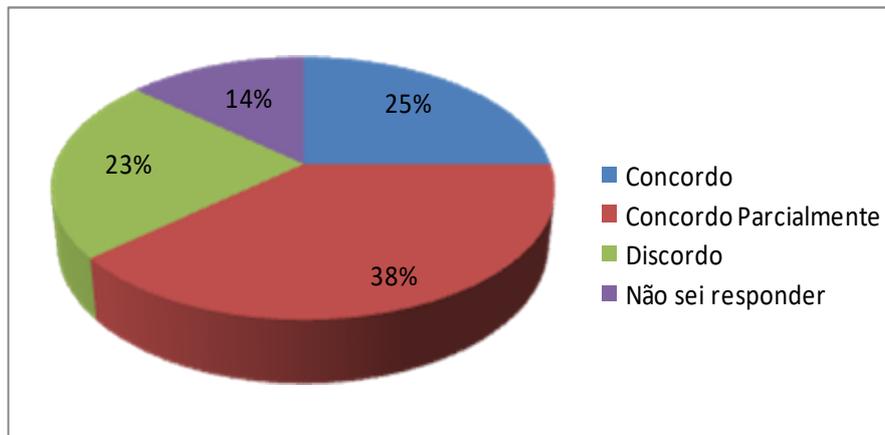


Fonte: Do autor (2015)

Quanto à permanência, desistência e evasão no curso técnico integrado de eletrotécnica, os resultados chamaram atenção e, de certa forma, preocupação, uma vez que as turmas do primeiro ano se iniciam com cerca de quarenta estudantes, finalizando com 5 a 9 alunos, exceção feita em relação à primeira turma do ano 2011 que começou com 41 estudantes, sendo que 13 concluíram o curso. Di Pierro traz à baila um relato interessante sobre a questão de jovens e adultos trabalhadores.

“A educação de jovens e adultos é um campo de práticas e reflexão que inevitavelmente transborda os limites da escolarização em sentido restrito. Primeiramente, porque aborda os processos formativos diversos, onde podem ser incluídas iniciativas visando à qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e um sem número de questões culturais pautadas em outros espaços que não o escolar. (...) Quando se adotam concepções mais restritivas sobre o fenômeno educativo, entretanto, o lugar da educação de jovens e adultos pode ser entendido como marginal ou secundário, sem maior interesse do ponto de vista da formulação política e da reflexão pedagógica. Quando, pelo contrário, a abordagem do fenômeno educativo é ampla e sistêmica, a educação de jovens e adultos é necessariamente considerada como parte integrante da história da educação em nosso país, como uma das arenas importantes aonde vêm se empreendendo esforços para a democratização do acesso ao conhecimento”. (DI PIERRO, 2001 p. 55).

Gráfico 3 - Percepção dos estudantes do Proeja sobre a existência de apoio aos mesmos, tais como: monitoria, orientação docente, aconselhamento pedagógico.



No gráfico acima, 38% dos estudantes reconhecem parcialmente a existência de respaldo suficiente por parte da direção quanto ao Proeja em relação a monitoria, orientação docente, aconselhamento pedagógico. Por outro lado, a maioria reconhece haver, por parte da direção, suporte para lidar com conflitos e situações não previstas. Contudo, sugerem a existência da responsabilidade da direção em estar sempre presente para "apagar incêndios", resolver situações imprevistas, sintomas de uma administração centralizada, e também da responsabilidade legal de dar suporte aos estudantes. No entanto 23% dos pesquisados discordam que exista esse suporte.

CONCLUSÃO

Para a conclusão deste estudo, é importante destacar que os objetivos dos alunos do PROEJA, quando se matriculam no curso, são a formação e a qualificação profissional para exercer uma profissão de imediato e sua possibilidade de melhora no seu trabalho ou uma possível colocação no mercado de trabalho.

Este estudo foi voltado a investigar a satisfação dos alunos quanto ao processo ensino-aprendizagem no direcionamento educacional e social. Assim, verificou-se que os estudantes não participaram da construção do projeto político do curso. De acordo com os mesmos, o material didático utilizado atende parcialmente as demandas do curso, podendo ser melhor estruturado pelos docentes, de forma que atendesse as propostas do curso. Dessa forma, a comunidade interna e externa não teve tempo de amadurecer o objetivo do referido programa, o que corroborou para gerar certo grau de insatisfação no público atendido. Não houve informações suficientes sobre a oferta do

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Jose Clovis de; REIS, Jonas Tarcísio. Democratização do Ensino Médio: a reestruturação curricular no RS. In: AZEVEDO, Jose Clovis de; REIS, Jonas Tarcísio (Orgs.). **Reestruturação do ensino médio: pressupostos teóricos e desafios da prática**. São Paulo: Fundação Santillana, 2013. v.1.

BOCK, Ana M. Bahia (Org). **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. SP: Britânica do Brasil, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**: reflete o resultado da continuidade da política de sistematização e organização da oferta dos cursos técnicos no país em 2012. Brasília, DF: MEC, [2012?]. Disponível em: <<http://www.pronatec.mec.gov.br>>. Acesso em: 26 maio 2015.

_____. Ministério da Educação. Decreto nº 5.840. 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2006.

_____. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/financ-fundeb>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1996.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos**. Documento Base. Brasília, agosto de 2007.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11 de 10 de maio de 2000** - estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 2000.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1 de 5 de julho de 2000** – estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Sinopse das ações do ministério da educação**. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 16 maio 2015.

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Ações PROEJA 2006**. Brasília, DF: SETEC, [2006?]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 30 out. 2015.

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Ações PROEJA 2007**. Brasília, DF: SETEC, [2007?]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Ações PROEJA 2008**. Brasília, DF: SETEC, [2008?]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Ações PROEJA, 2009**. Brasília, DF: SETEC, [2009?]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Fontes de recurso do PROEJA**. Brasília, DF: SETEC, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php> =com>. Acesso em: 15 jun. 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCIA, Sandra Regina de oliveira. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. In: TRABALHO e crítica. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, S.; PIERRO, M. C. DI. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, maio-ago. 2000.

IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, [2014?]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home>. Acesso em: 02 set. 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. [Site institucional]. Campos dos Goytacazes, RJ: IFF [2015]. Disponível em: <<http://www.iff.edu.br>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

PORTILHO, Evelise. **Como se aprende?** estratégias, estilo e metacognição. 2. ed. Rio de Janeiro: Walk, 2011.

SENGE, PETER. **Escolas que aprendem**: um guia da quinta disciplina para educadores, pais e todos que se interessam pela educação. Porto Alegre: Artmed, 2005.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. [S.l.: s.n., 20--]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em: 15 ago. 2015.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.